

Do Mito à Política ou o Mito da Política

From Myth to Politics or the Myth of Politics

José Roberto Bonome¹

Resumo: O artigo é fruto de pesquisa e reflexão sobre a comparação entre mito e política. Trata de comparar os mitos antigos como arquétipos das lutas existenciais entre os seres humanos e os seres divinos, entre o que é política e como se fundamentam em mitos, também como os mitos encontram-se imersos na política.

Palavras-Chave: Mito, Política, Polítropo, Existencialidade.

Abstract: The article is the result of research and reflection on the comparison between myth and politics. It tries to compare ancient myths as archetypes of existential struggles between human beings and divine beings, between what is political and how they are based on myths, also how myths are immersed in politics.

Keywords: Myth, Politics, Polytrophe, Existentiality.

Na Odisséia e na Ilíada (atribuídas ao poeta Homero), estão a pré-história da democracia: “O homem, canta-me, ò Musa, o *polytropos*”. Ulisses é esse polítropo, multiforme, com muitas versatilidades. Aquiles, ao contrário tem a peculiaridade de possuir a *mênis*, ou seja, a fúria implacável.

Ulisses é polítropo, honesto, desonesto, brincalhão, sério, astuto, amante, pai, filho, covarde e corajoso, enfim, pode representar a espécie humana na imprevisibilidade das suas ações. A voz de Ulisses confunde-se com a voz dos deuses, compete com elas e termina por silenciá-la. Isso é ser polítropo, falar de tal forma que a ressonância da voz faz calar a voz de Zeus. Essa divindade grega diz que os homens agem *hyper moron* (*acima do destino*), contra o que determina o destino. Significaria dizer que para a visão de mundo grega, regra geral, a espécie humana é aquela que, apesar de ter o destino traçado pelos deuses, luta contra ele, não se satisfaz com a passividade diante do mistério, diante do *tremendum* fenomenológico.

A figura de Ulisses (em grego Odisseu - Οδυσσεύς) representa nesse caso a superação do humano diante das adversidades inerentes ao ser contingente, ser finito que difere dos imortais seres que compõem o panteão da Grécia antiga. Apesar de diferentes, homens e deuses são interdependentes na compreensão do que seja a vida e os acontecimentos a ela inerentes. Se o

¹ - Doutor em Ciências Sociais pela UnB-DF, Mestre em Ciências da Religião pela UMESP-SP, professor da Faculdade de Direito da Universidade Evangélica de Goiás, pesquisador do NPDU.

humano não tem poder para superar sua contingência, também não se contenta com a impotência e cria artifícios para ultrapassá-la.

No mundo grego, a ruptura entre o divino e o humano está posta no discurso (desde Heráclito de Éfeso, aproximadamente em 470 aC.) e nas ações dos homens que formam a polis (πολις) – como na pintura mil anos depois do filósofo, no renascimento, “A Criação de Adão”, onde Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni (1475-1564), apresenta a ruptura de Adão com seu Criador, ocasião que serve para marcar o humanismo a partir da modernidade que era engendrada como melhor futuro possível para a humanidade. Mesmo sendo criatura, na mitologia, de um modo geral, o humano é quem se distancia da ideia de um deus ou de divindades para assumir seu papel de autonomia nas relações entre outros seres e diante da natureza. Se na pintura renascentista o homem se distancia do seu criador, na filosofia Erasmo de Roterdã (1466-1536) escrevia o *Encomium Moriae* em 1511 (obra que contribuiria para a revolução político-religiosa dando origem à Reforma Protestante em 1517).

O homem (a raça humana) está completo e precisa ser responsabilizado pelas próprias atitudes. Se nas poesias de Homero não esteja tão evidente a independência humana, no Bereshit (בראשית - origens) tal independência é acentuada quando Iahweh permite que o homem tome decisões e diz que suas ações sobre a natureza devem ser responsáveis – inclusive suas decisões políticas. Autonomia não existe sem a consciência da responsabilidade diante das ações humanas, sociais e ambientais. A autonomia não exige a defesa das leis impressas na natureza, pois as leis que precisam ser defendidas não são as naturais. Quanto a natureza, basta que a interferência humana não seja tal que destrua a ordem vigente na própria natureza.

Homero está ensinando que a natureza é violenta. O Bereshit mostra como as pessoas são capazes de destruir os da própria família: "Porventura se podes bem suportar, (ser-te-á perdoado) e se não, na porta o pecado jaz; e a ti (fazer-te pecar), é o seu desejo (do mau impulso) mas tu podes dominá-lo" (4.7). O relato antecede a morte de Abel por Caim e Iahweh entrega o controle da história nas mãos dos humanos como reação (consequência) de suas ações. Tal fato seria uma espécie de humanismo (aos moldes de Erasmo de Roterdã) na antiguidade. A divindade entrega ao humano seu destino, pois na mitologia greco-romana eram os deuses que manipulavam, segundo suas paixões, os destinos da humanidade. Na circularidade do tempo o grego, com a ideia de destino, e o romano, com a ideia de sorte, se viam aprisionados e sem iniciativas para escapar dos desígnios divinos, enquanto que na linearidade do tempo os hebreus tinham em suas mãos o fazer

o bem ou o mal, eleger o governante ou derrubá-lo. A criatividade metafísica dos hebreus produziu a consciência de responsabilidade pessoal, pois o que se planta se colhe, sem a interferência de qualquer outro poder. Deus apenas ajuda nas condições cujo controle não depende do homem, mas é do homem a responsabilidade pela semeadura, pelo cuidado e pela colheita. O destino do homem ou a sorte do homem está nas próprias mãos do homem. Isso implica em responsabilidade, temor, tremor e atitudes de ataque e defesa.

Duas opções são dadas: a de seguir os impulsos violentos gerados pelas emoções, ou usar a razão para dominar esses impulsos – pois a razão seria a imagem divina no humano, o que implica na liberdade de agir. O livre arbítrio é uma das características da humanização, o que significa dizer da espiritualidade. Não cabe ao humano querer atribuir aos deuses o resultado de suas ações, sejam resultados produtivos, sejam os resultados destrutivos, pois agora, na história, os deuses vão se afastando cada vez mais e o humano assumindo as responsabilidades cada vez mais, essa também foi uma decisão humana, não foi ou foram divindades a tomar essa decisão, ela foi fruto da “capacidade”, da “intelectualidade”, da racionalidade, por isso mesmo o ser humano deve assumir as consequências dos seus atos e não se colocar na defensiva como se agente passivo fosse na circularidade do tempo como diziam estar os cidadãos gregos e romanos da antiguidade.

No “A Guia dos Perplexos”, de Maimônides, os conceitos para imagem é *tsélem*, forma, e para semelhança é *demut*. *Tsélem e demut* definem a espiritualidade, ou seja, o humano herda na criação esse livre arbítrio. Maimônides distingue esses dois conceitos de *toar*, aspecto e *tavnit*, configuração, ambos em sentido material, o humano teria, portanto, algo de divino, o que o afastaria das práticas do banditismo. Poderia o afastamento tanto de “toar” quanto de “tavnit” significar o distanciamento do conceito de humano? Se existir essência não, se essência é artificialidade da criatividade social, sim! Essa também é característica implícita no conceito de polítrpos, o bem e o mal não só está diante do humano, mas está intrinsecamente registrado no DNA humano. Isso é o ser humano.

O banditismo assume características de crueldade só vistas nas guerras e em conflitos ideológicos. Nos mitos gregos, a fúria implacável de Aquiles parece estar estampada nos DNA’s dos povos na modernidade – arquétipos? Eis o espanto da vida, talvez o *phármakon*, (φάρμακος)

remédio ou veneno, que deveria ser administrado pelo político². A política é o espaço comunitário, é onde se dá as relações sociais, as relações econômicas, enfim, na política as pessoas são com as outras, passam a existir para as outras, e assim todos passam a ser, passam a existir. É no espaço público que em Roma no terceiro século antes de Cristo será elaborado o Direito, agora, não mais como dádiva divina, mas como construção social, pelos cidadãos políticos, por aqueles que pertenciam ao Império. Mas a política não nasce com os romanos, não nasce com os gregos, a política nasce a partir do momento em que há pelo menos dois seres que precisam conviver num mesmo espaço, disputando as mesmas coisas, se impondo e se apropriando de coisas e até mesmo de prevalência de construções mentais, ideais. Da política nasce a palavra, a política da palavra se desenvolve no diálogo, o diálogo entre iguais e desiguais produz a política, assim se dá o círculo dialógico do eterno retorno, sempre iniciando ao final.

Nesse momento a pergunta é: Quem são esses políticos? A resposta: São seres humanos polítipos. Não importa o regime, poder é poder! Mesmo na democracia os conflitos existem, inclusive porque ela os cultiva. No ser polítipo existe também a irracionalidade que inflama os conflitos do princípio ao fim. Seus discursos podem ser desta ou daquela ideologia, mas valem pouco, pois se presta mais atenção ao que se ouve do que ao discurso oculto nas palavras (RICOEUR, 1988), pois o trabalho de interpretação precisa levar em conta o que se revela (*αλεθεια*) e o que não se revela. Se o que se revela é a verdade, o que é oculto no discurso não é a falsidade necessariamente, pois nem toda verdade se revela. A *aletheia*, o desocultamento, a verdade, a revelação, são apenas um aspecto da verdade, pois nem toda verdade se apreende no momento, há verdades que são compreendidas aos poucos, e o entendimento desse pouco contribui para a compreensão do todo se formando aí também o círculo hermenêutico. A conclusão é que parece não haver solução, o humano que tem a imagem divina na razão é motivado pelas emoções e por elas se deixa levar. Acredita que o revelado é a verdade e que o oculto não interessa, por isso a hermenêutica enquanto ciência atua para a compreensão das partes individualmente e, só depois, busca a compreensão do todo para voltar as partes e dali voltar ao todo de modo circular. Mas esse trabalho de entender, interpretar, compreender, reinterpretar, entender, compreender, e assim sucessivamente, é um trabalho hercúleo e sem fim. Interpretar o

² - A ideia de “bode expiatório” como sacrifício ritual estava presente na mitologia grega e hebraica. A ideia de *farmakon* – remédio quando bem administrado, ou veneno quando mal administrado, trazia a responsabilidade para quem receitasse a droga.

político pelo discurso não é suficiente para saber qual é o predomínio desse ser polítropo, se é o bem ou o mal.

Então surgem tentativas de reverter a situação, a memória e a imaginação retornam ao tempo antigo, ao tempo da infância, ao tempo dos pais, dos avós, ao tempo divino. Adentramos no tempo mítico. *Mythos* é a história que, sendo crida, estrutura a sociedade e fundamenta relações humanas (ELIADE, 1989; CASSIRER, 1972; VERNANT, 1990). No tempo mítico, política é as pessoas se preocuparem mais com os outros que consigo mesmas. Não há ordens ou leis para regular as ações, há modelos perfeitos a serem imitados – ideal divino! Aquiles, no entanto, questiona se o homem não estaria construindo os modelos que imita. Mas é em Ulisses que se busca a resposta para a democracia.

Talvez muitos políticos possam pensar como os sofistas que afirmavam ser justiça o fazer bem aos amigos e mal aos inimigos. O pré-socrático Heráclito disse que o conflito é o pai de todas as coisas. Ser político é ter conflitos, viver sob conflitos (VERNANT, 1990), mas também é ser polítropo. O ser polítropo aumenta sua instabilidade cognoscente na proporção em que torna mais aguda a sua gnose nos sentidos, pois os sentidos aprisionam outras possibilidades de conhecimento, outras visões de mundo. Os gregos chamavam de idiota (*idían phrónesin*) os que pautavam o conhecimento em si mesmos, nas suas sensações, nas suas percepções das coisas e com tal comportamento fechavam-se em si mesmos as possibilidades de novas compreensões. Esse idiota não está apto à política, mas a constatação histórica parece desacreditar a afirmação grega, pois a política está repleta de idiotas. E quanto mais democracia, mais idiotas na política, no entanto, a realidade deveria ser outra se o conselho dos sábios gregos fossem seguidos, e como Platão afirmava, os sábios deveriam ser os políticos, mas hoje, os políticos, são os que não buscaram a sabedoria e abraçando a estupidez buscaram seu espaço de sobrevivência.

Nas regras democráticas as normas nem sempre estão sujeitas às autoridades políticas (os idiotas), pois são as autoridades políticas as construtoras dessas regras “democráticas”. Isso implica em reviver o mito da criação de maneira invertida. No mito da criação, o Adam é criatura e IHWH (ou EL) o criador, derivando-se daí a submissão do humano ao divino. O humano se coloca como aquele que obedece as leis, cujo caráter divino se antepõe aos seus interesses, e nesse particular incluir-se-iam as autoridades políticas. A divindade é a criadora das leis. O mito referencia a superioridade das leis tradicionais como precedentes das escritas, no entanto, a

inversão acontece quando as leis escritas passam a preceder em importância aos costumes tradicionais. Isso está presente na *Antígona*, de Sófocles.

Sófocles escreve a batalha em Tebas, quando os dois irmãos, Polinice e Eteocles morrem e o Rei Creontes faz um decreto que confronta os costumes de sepultamento. Eteocles é sepultado com honras por ter lutado pela cidade de Creontes, enquanto Polinice, o outro irmão de Antígona, sequer seria sepultado. Creontes decreta a pena de morte para quem sepultasse os guerreiros que haviam lutado contra sua cidade. Antígona valorizava muito os costumes dos antepassados, quer sepultar o irmão que tanto ama, mas que havia lutado contra Creontes, pede ajuda a sua irmã Ismênia, ela nega ajuda, então Antígona vai até o cadáver do irmão, pratica os rituais fúnebres e depois cobre o cadáver de terra. Quando descoberta e levada até Creontes, Antígona diz preferir obedecer às leis divinas (Direito Natural) e não às leis de um simples mortal (Direito Positivado). Antígona é condenada à morte, mas Hémon, filho do rei, pede ao pai clemência para a mulher que havia cumprido as leis do seu povo, o rei inflexível contraria as expectativas do filho. Hémon vai até onde estava o cadáver de Antígona e morre com a espada enfiada no peito por ele mesmo. Ao ouvir isso, Eurídice a mãe de Hémon se apunhala e morre. A tragédia grega termina com Creontes desejando a própria morte. Um rei que não quer ter sua palavra passada para trás e termina com a destruição da própria família. O que seria mais importante, a obediência cega ao decreto insano, ou a consciência de que como humano, mesmo sendo rei, todos são polítrpos? Nos dias atuais a sociedade sofre as consequências de decretos, leis, interpretações desvirtuadas da Constituição, tudo para satisfazer a vontade dos “reis” da justiça. O guardião da Constituição tem sido ao mesmo tempo seu destruidor.

Sófocles escrevia para ensinar a sociedade que o Estado está para servir os indivíduos e não para que os indivíduos servissem o Estado. A dificuldade na priorização da sociedade em detrimento do Estado já foi posta por Pierre Clastres (1988, p. 152): "A história dos povos que têm uma história é, diz-se, a história da luta de classes. A história dos povos sem história é, dir-se-á com ao menos tanta verdade, a história da sua luta contra o Estado." A ideia de Estado implica na ideia da burocracia, enquanto que sociedade é o aglomerado de tensões entre seres também polítrpos.

São as tensões geradas pela sociedade que não só identificam a política, mas a alimenta, e, fortalecida se torna necessária, “toda coisa necessária gera aflição” repetia Aristóteles (2015, p. 86), logo, a política é uma necessidade aflitiva, diversa e divergente, contraditória e outras vezes

conciliatória. Os seres políticos são polítrpos quando conhecem a política sem saber política, ou seja, tem o conhecimento do que é a coisa, mas não sabem praticá-la em benefício da sociedade. Dessa “insapiência” nasce a injustiça que abrange todos os tipos de classes sociais, distanciando-as, criando nelas a desconfiança mútua, gerando o belicismo social. Apesar de atingir a todos, a injustiça é mais cruel com os que têm menos condições de se defender, mesmo tendo vendado os olhos físicos da deusa, ela consegue enxergar através deles quem será mais privilegiado.

A justiça é endeusada como conquista da humanidade, mas é uma criação mítica, nunca existiu e talvez nunca exista, pois é apenas uma criação da imaginação humana. A justiça medeia o principal conflito da política que é sua atuação entre a satisfação da liberdade e a necessidade de segurança nessa liberdade. Em nome desse binômio de liberdade e segurança, sob o guarda-chuva da democracia, as desigualdades sociais são a forma mais aviltante e ultrajante da deusa justiça, ela, desrespeitada, não consegue olhar nos olhos dos seus subordinados, por isso mesmo não deseja e nem se esforça para tirar as vendas dos olhos.

No século XX a repetição dos acontecimentos é inevitável, não evidentemente na perspectiva cíclica da história, mas na perspectiva dialética da espiral do pensamento progressista. Lembrando Hannah Arendt: a antiguidade excluía o *homo faber*, a modernidade o homem que fala (ARENDR, 2007). Que se excluam grandes oradores vazios de ideias e de compromissos com as necessidades do seu povo, sem história de vida, sem passado ou de passado duvidoso. Que se exclua violentamente, na vontade e na decisão das urnas, os envolvidos com a corrupção, os que guardam dinheiro na cueca e na Suécia, na cúca e na Suíça, enfim, aqueles que sem qualquer pudor superfaturam aparelhos respiratórios durante uma pandemia, aqueles que vergonhosamente engordam sua família com as benesses da desgraça alheia. Mas o povo, mesmo sendo polítrpo, não pode ser calado por uma justiça que não é justa, por pessoas inescrupulosas que ocupando cargos decisivos querem calar a voz do contraditório, querem impor pela força seus ideais de prevalência e suas vozes profusas e diabólicas (diabo é o que divide), a exemplo do que tem acontecido no Brasil com decisões monocráticas e esdrúxulas do Supremo Tribunal Federal, colocando tais decisões acima da própria Constituição. Junto estão os políticos componentes do Congresso Nacional, que intimidados pela ficha pregressa e pelos interesses de ainda desviar algum dinheiro dos projetos “secretos” se acovardam em colocar a separação dos poderes em

evidência, enfraquecendo o executivo e se promiscuando com o judiciário aos moldes de Ishtar – a deusa do sexo e da guerra.³

Mas como na democracia a política é feita com pessoas selecionadas pelo voto popular, muitos indivíduos incapazes de reflexão, de crítica (*idiotas*), são eleitos para assumirem a direção do Estado nos diversos cargos propostos por esse regime. Mas não é por serem acrílicos que a corrupção se estende, mas pela incapacidade administrativa, por tradição de exploração e da impunidade estendida. Impunidade que permeia os três poderes e deles toma conta, que se espalha na sociedade como uma praga daninha se espalha na agricultura. Do Congresso Nacional, apodrecido com a imoralidade das leis criadas em benefício próprio ou de seus financiadores, leis pírias e equívocas a dar interpretações distorcidas e perniciosas, ao poder judiciário representado pelo Supremo Tribunal Federal, onde se aproveitando de tais leis, interpretam menos e de modo a tergiversar seus conteúdos para beneficiar a si próprios ou aos seus apadrinhados, incluindo-se os familiares que na retaguarda fazem a defesa de bandidos das piores espécies, como o caso recente da libertação de um líder do crime organizado e de um ex-presidente corrupto colocando fim a uma operação “Lava Jato” que havia recuperado mais de bilhão de reais aos cofres públicos. Poderes mancomunados entre si e que sujam o nome da “democracia”. Enquanto isso exercem o poder da espada sobre aqueles que têm opinião formada sobre as ações do próprio judiciário, como fez o ministro Alexandre de Moraes no “processo do fim do mundo” como expressou seu colega de ministério.

Mas quem não está envolvido na corrupção na política? Os seres não são apenas polítrópos, são polivalentes na exploração do povo ao garantir privilégios inimagináveis, adendos e penduricalhos salariais que envergonham quem tem alguma noção de ética social, consciência comunitária, enfim, quem ainda tem um mínimo de honestidade. Mas o que dizer dos não críticos que silenciam por terem abocanhado um pouco desse sistema de corrupção que se espalhou como praga daninha nesse chão do legislativo referenciado pelo judiciário, sem excluir possíveis contaminações no executivo. A consciência das pessoas pesa no quesito, pois de alguma forma, de algum modo, “não há um justo sequer” - dizia Jesus, segundo seus discípulos. Essa impressão precisa inferir a não ilibação dos seres humanos. Ser humano é isso, desde os tempos em que os

³ - Ishtar também é a vontade de poder, em termos nietzschianos. A expressão “vontade de poder”, “vontade de potência” aparece no livro “Assim falou Zaratustra”, escrito em 1883, mas que parece bastante atual no cenário político brasileiro, especialmente na politização da justiça.

mitos foram construídos para retratar a humanidade, e hoje não é diferente, todos de alguma forma são polítrpos. Alguns deixam de ser *idiotas* quando articulam o discurso dialogado. Quando conseguem ouvir o que outros têm a dizer sobre algo. Ao mesmo tempo se passam por idiota quando ouvem o discurso político, mas não conseguem ser ouvidos do outro lado, do lado dos poderes constituídos.

Quando se pensa em política os pensamentos podem ser tanto diversos quanto divergentes, diversos na esperança, nos caminhos a serem tomados, divergentes quanto ao objetivo daquele que faz a política. No Brasil, a política assume essas características tão divergentes quanto incongruentes, pois longe do clamor público, os três poderes da República atuam para a autopreservação, como aconteceu recentemente nas votações do STF, quando contra as próprias decisões anteriores votaram pelo não reconhecimento daquelas decisões. As votações tem sido assim, seis a cinco, mas se algo acontece ou se muda um ministro, a mudança na decisão pode acontecer gerando instabilidade social pelas decisões do supremo. Tal situação coloca o poder judiciário refém da política partidária. É como se o poder da república se auto subjugasse ao poder fictício da política partidária. Tal inversão hierárquica expressa que não só o indivíduo é polítrpo, mas também as políticas o são.

Não se trata de simplesmente aceitar com naturalidade como se natural fosse o fato de alcunhar o humano de polítrpo, pois em toda mitologia o humano aos poucos se desvencilha do seu criador, passando ele mesmo a ser seu criador e seu instituidor das normas que poderá ou não seguir. Naturalidade é desfrutar do poder de mando, do poder de se posicionar acima das leis criadas por ele mesmo. Nesse sentido, os mitos sempre foram um acontecimento político, foram histórias contadas e escritas há muito tempo e que falam de um período meta-histórico, e que por isso mesmo não tem início e nem fim, são eternos a permear a mente e o sentimento dos indivíduos nas diversas sociedades e que, em muitos casos, incomoda os poderes constituídos, pois revelam o que são e o que pretendem com suas atitudes antidemocráticas. Exemplo são inquéritos “do fim do mundo” rotulados assim pelo próprio poder judiciário, onde se extrapolam todas as regras convergindo em um só o poder de se sentir vítima, inquiridor, julgador e aplicador das sanções, estando sub-repticiamente se satisfazendo com o próprio sadismo.

Exaltado no cenário político, o mito já não é mais apenas uma história contada para estruturar a vida das pessoas, o mito agora começa a ser personificado, e em muitos discursos e muitas passeatas, carreatas, motociatas e tantas outras “...atas”, o presidente recebe a alcunha de

“mito”. Mito no sentido de convergir nele muitas alocações silenciadas, muitas falas caladas, muitos desejos de expressão do pensamento e do sentimento. O mito se torna agora a alcunha de alguém que é desejado e odiado, que é amado e detestado, que é estruturante, mas que também desestrutura certas relações entre os poderes.

Ao chamar o presidente de “mito” grande parte da sociedade dá voz ao sentimento sufocado por políticas estranhas e pífias, critica o faz de conta da política e a espontaneidade perdida. Mito é o presidente da República na voz do povo que nunca teve voz e que agora começa a se fazer ouvir pelas redes sociais. Não fosse a rede social a formar novas consciências, e talvez o Brasil ainda estaria vivendo a farrá de distribuição de dinheiro público para interesses particulares da mídia e de outros organismos. Não fosse as redes sociais e talvez nunca soubéssemos como decisões judiciais afugentam a justiça para que o poder (que não foi outorgado pelo povo diretamente) se sobressaia e desvirtue os interesses republicanos expressos na Constituição Federal de 1988. E se o STF continuar a produzir aberrações constitucionais originadas de hermenêuticas interesseiras, então a crítica deverá se voltar ao Congresso Nacional, pois, se as leis inventadas são “enfiadas goela a baixo” pelo judiciário, então senadores e deputados comprovam sua ineficiência e sua desnecessidade.

Portanto, polítrópos são todos os seres humanos que, em nome do Estado de Direito, subtraem os valores democráticos. Talvez por isso o tema “mito” seja tão popular nos dias de hoje.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Eudemo**. São Paulo: EDIPRO, 2015 (Série Clássicos Edipro).

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. São Paulo: Perspectiva, 1972 (Debates, 50).

ELIADE, Mircea. **Aspectos do Mito**. Lisboa: Edições 70, 1989 (Perspectivas do Homem, 19).

MELAMED, Meir Matzliah. **A Lei de Moisés**. 3ª Rio de Janeiro: Congregação Religiosa Israelita Beth-el, 1980.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Pensamento entre os Gregos**. 2ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.